

CUT reagirá à medida provisória

São Paulo — O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, não gostou de saber que o Governo pretende proibir os reajustes salariais pela inflação e promete reagir à medida provisória que ao desindexar a economia, vai proibir, a partir de 1º de julho, que os acordos salariais sejam corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). “Convocamos a diretoria da CUT para discutir, na próxima quarta-feira, uma maneira de reagir às novas regras impostas pelo Presidente da República, porque a situação piora para os trabalhadores todas as vezes que se fala em flexibilização”, anunciou Vicentinho. Na avaliação do sindicalista, os assalariados vão perder dinheiro, se ficar estabelecido que só poderá haver correção uma vez por ano.

A CUT concorda com a adoção do sistema de negociação direta com os patrões, mas com a condição de que as novas regras sejam acompanhadas de outras medidas. “Temos um projeto de reajuste salarial mais amplo que, entre outras coisas, prevê elevação do salário mínimo para R\$ 200,00 até o final do ano e uma autonomia sindical real, sem atrelamento das relações

de trabalho ao Governo”, informou o presidente da CUT. Vicentinho considera contraditório o conceito de livre negociação que permite acordos entre patrões e empregados, mas ao mesmo tempo proíbe os reajustes. “A adoção de reajuste anual só teria sentido no dia em que não houvesse inflação”, argumenta o sindicalista. Segundo ele, “não se pode falar em livre negociação num País em que se tolera legalmente a greve, mas ao mesmo tempo se mobiliza o Exército para reprimi-la, como ocorreu no caso dos petroleiros”.

A CUT vai reagir à MP, justifica Vicentinho, porque está convencida de que, no Brasil, livre negociação significa livre oportunidade de arrochar os salários. “Os sindicatos grandes até que conseguem proteger seus associados, mas os menores e as categoriais que não têm sindicatos não terão como se defender”, acrescenta o presidente da CUT.

O empresário Pedro Eberhardt, do setor de autopeças, acredita que haverá problemas na fase de adaptação ao novo sistema e concorda que, em alguns casos, os trabalhadores terão perdas salariais. “Os sindicatos fortes, que estão acostumados a enfrentar as me-

das de negociação, vão garantir seu poder de compra, mas o mesmo não deve acontecer com os mais fracos e desorganizados”, prevê Eberhardt.

O reconhecimento de que a desaceleração econômica vai prejudicar o poder de barganha dos trabalhadores é compartilhado pelo diretor de operações da São Paulo Alpargatas, Alberto Bachiochi. Ele acredita que “as empresas dificilmente darão aos funcionários a inflação plena num período recessivo”. O empresário está convencido de que a negociação sem indexação automática levará a salários mais baixos no segundo semestre.

O economista e professor Eduardo Gianetti da Fonseca, da Universidade de São Paulo (USP) também acha que haverá dificuldades no período de transição e que algumas categorias poderão ficar com seus salários defasados, mas considera “uma besteira” a afirmação de que o Governo vai proibir os reajustes no caso dos salários. “Ninguém pode impedir o uso de uma referência para reajuste. O que o Governo pode fazer é apenas não fornecer um indexador oficial, liberando às partes interessadas a escolha do índice mais mais conveniente”.